

A ciência possui historicidade

Science has historicity

Carlos Alvarez Maia

Professor, Departamento de História/Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Rio de Janeiro – RJ – Brasil
alvarez@iis.com.br



CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. *Um papel para a história: o problema da historicidade da ciência*. Curitiba: Editora UFPR. 2017. 171p.

É um livro notável. Primeiro, por ser referente a um curso introdutório de filosofia da ciência, o que acaba se revelando uma origem enganosa. Ele trata de questões fundamentais das pesquisas atuais sobre a análise social do fazer científico. Somente pesquisadores com lastro avançado conseguem a façanha de discutir temas complexos e atuais, tornando-os simples e compreensíveis a não iniciados. O livro também é notável por ser um livro de epistemologia que, entretanto, versa sobre “um papel para a história”. Sim, a historicidade da ciência é uma questão essencial de sua epistemologia.

Mas não é qualquer epistemologia que preocupa Condé (2017), alinhado com a tradição da epistemologia histórica francesa de Bachelard e Canguilhem. Essa corrente se diferencia das clássicas epistemologias fundacionistas, como era o caso do círculo de

Viena e de Popper. Nessa linhagem encontramos também as contribuições de Alexandre Koyré, examinado logo no primeiro capítulo. Entretanto, não é nesses autores que Condé vai fundamentar seu conceito determinante, a historicidade da ciência. Sua inspiração encontra-se em Ludwik Fleck. Dizer “inspiração” é a forma correta de referência da fonte criativa desse conceito, já que Condé é o regente que formula com clareza o sentido da historicidade da ciência filtrado e sedimentado a partir de suas leituras de Fleck. Com tal conceito, Condé elaborou um enredo de intrigas entre alguns dos autores mais notáveis do século XX. Entre eles o próprio Koyré, Zilzel, o círculo de Viena, Reichenbach, Fleck e o mais paradigmático de todos, Thomas Kuhn.

Outro aspecto importante é a querela internalismo *versus* externalismo, perseguida por todo o livro, que marcou a historiografia do século XX. As idas e vindas dessa disputa encontram momentos marcantes nos diversos autores mencionados, e seu declínio somente ocorre após Kuhn, sendo que até hoje persistem pontos não esclarecidos na disputa. Esse é um dos raros temas que não preocuparam Fleck, talvez até por não ser relevante para sua epistemologia histórico-sociológica.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702018000400018>



Condé avalia que uma das razões da invisibilidade de Fleck pode ter sido que “a formulação de Reichenbach da distinção entre o ‘contexto da descoberta’ *versus* o ‘contexto da justificativa’ tenha sido a mais contundente” (p.83), o que impediu os avanços da sociologia do conhecimento e de qualquer tentativa de historicizar os conteúdos da ciência. Esse “hiato historiográfico”, como já designei, promove uma descontinuidade nas tentativas histórico-sociológicas de avaliar o caráter societário de todo conhecimento, inclusive o científico, que só serão retomadas após Kuhn. Tal formulação “atravessará décadas relegando ao segundo plano a perspectiva sociológica do conhecimento defendida por autores como Fleck, Mannheim, Durkheim etc.” (p.83).

Como texto de problemas atuais, o livro preenche uma lacuna por tratar de forma inovadora e inesperada assuntos já bastante trilhados. Esse aspecto é acentuado nos capítulos finais, sobre Kuhn e Wittgenstein, por trazerem novidades para pesquisadores mais avançados na carreira. Kuhn foi importante no deslocamento em direção à história nos estudos de ciência, “ele apresentou de modo emblemático ‘um papel para a história’ na compreensão de ciência, impondo, deste modo, a idéia de historicidade da ciência” (p.90, 93). Talvez o opositor mais dedicado ao trabalho de Kuhn tenha sido Popper, que Condé examina em algum detalhe.

Condé observa ainda que essa característica de Kuhn, ao apresentar um “papel para a história” em seu livro de 1962, “acabou sendo o ponto de viragem de toda uma geração que buscou enfatizar as questões sociais presentes na compreensão de ciência” (p.100). Assim, a noção de paradigma teria possibilitado o desenvolvimento das abordagens socioconstrutivistas da ciência e o relativismo científico, diz Condé. Esse fato – a relação do programa forte da sociologia do conhecimento de Bloor com Kuhn – é um episódio marcante na historiografia. Se, por um lado, esse trabalho de Bloor é mostrado como uma filiação direta de Kuhn, por outro lado, será também um alvo para as críticas desse, que não aceita o relativismo daí decorrente. E nesse aspecto, no combate ao construtivismo de Bloor, Condé alinha-se com Kuhn – ainda que defenda uma proposta relativista de historicidade da ciência – e, assim, reveste sua oposição ao relativismo de complexas nuances.

Condé avalia que ao fim da vida “Kuhn retorna a duas de suas influências principais: Fleck e Wittgenstein” (p.110). Ao tentar responder a seus críticos, Kuhn continuamente tenta corrigir sua teoria de 1962 e por fim se aproxima de Wittgenstein e de sua filosofia da linguagem com o conceito de léxico: “o que anteriormente para ele eram revoluções, agora são mudanças no léxico” (p.113). É certo que algumas discordâncias com Wittgenstein ainda permaneçam, mas a inflexão de Kuhn em direção à linguagem foi definitiva.

Chega-se ao quarto capítulo, fechando esse livro. A arquitetura projetada por Condé para sua obra prevê um final no ritmo de uma apoteose em honra a Wittgenstein. Os conceitos wittgensteinianos são explorados de forma a expandir seus limites de aplicação originários e usuais. É sabido que Wittgenstein não tratou diretamente da ciência ou de sua história nas suas *Investigações filosóficas*, de 1953, mas Condé vai demonstrar a potência explicativa do filósofo austríaco detalhando como o uso dos conceitos wittgensteinianos equaciona uma situação problemática da historiografia – a querela internalismo x externalismo.

Condé, insatisfeito com a “vitória” do externalismo, após o sucesso do programa forte, vai arregimentar sua interpretação de Wittgenstein para combater o relativismo advindo

daí e “salvar” o internalismo do naufrágio. Sua pretensão é recuperar alguma autonomia das práticas científicas ante as coerções sociais, como a corporação dos próprios cientistas acredita. Já os estudiosos de ciência, historiadores, antropólogos e sociólogos, em sua maioria, são adeptos de formas de relativismo. As ciências sociais, hoje, imaginam a ciência como um empreendimento social em que as “negociações” – sejam políticas, ideológicas ou de qualquer outra natureza – é que desempenham o papel determinante. Entretanto, Condé supõe que “o internalismo, conforme Kuhn assinalou em sua crítica ao Programa Forte, ainda tem algo com o que contribuir” (p.130).

Com esse foco, Condé recupera a versão internalista de Koyré e, descartando os seus argumentos metafísicos, faz a leitura dessa orientação filosófica por meio da sua própria interpretação de Wittgenstein. Condé contrasta a pragmática wittgensteiniana com a metafísica koyreniana dando uma nova vitalidade ao internalismo e, assim, realiza a defesa da autonomia da ciência frente aos aspectos sociais. Mais uma vez ele apoia-se em Kuhn na sua crítica a Bloor, que não considerou suficientemente o papel da natureza e exagerou sua ênfase na sociedade. Ele freia as pretensões relativistas do programa forte fazendo uma nova leitura do externalismo pelas lentes de sua interpretação de Wittgenstein. “A negociação na ciência nunca pode prescindir dos critérios empíricos” (p.151); com essa fórmula Condé sintetiza o resgate da importância da natureza ante as coerções sociais e conclui: “o conhecimento é um processo de interação entre a sociedade e a natureza mediada pela linguagem” (p.156).

Enfim, esse livro é composto por sólidos argumentos em favor de uma compreensão afinada com o relativismo histórico-sociológico, porém crítica o suficiente para mostrar seus limites. Trata-se de um relativismo que possui um limite, ele deve se curvar às evidências da prática de cientistas que estudam a natureza.

REFERÊNCIA

CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão.
Um papel para a história: o problema da historicidade da ciência. Curitiba: Editora UFPR, 2017.

